

PROPOSTA DE PAZ

DO PRESIDENTE DA SGI, DAISAKU IKEDA – 2006



“Uma transformação no íntimo de um indivíduo pode encorajar mudanças similares em outros. E se isto se estende pela sociedade, gera um poderoso raio de luz para a paz, que pode moldar com firmeza a direção dos eventos. O impacto coletivo de ‘cidadãos comuns’, conscientes e fortalecidos, pode impelir a humanidade rumo aos objetivos irmãos do verdadeiro desarmamento e do florescimento de uma cultura de paz.”



A NOVA ERA DO POVO:

UMA REDE MUNDIAL DE INDIVÍDUOS
CONSCIENTES E FORTES



DAISAKU IKEDA nasceu em Tóquio, Japão, em 2 de janeiro de 1928.

Formado pela Escola Superior Fuji na área de Economia, é atualmente presidente da Soka Gakkai Internacional (SGI), uma das maiores organizações não-governamentais das Nações Unidas, com mais de 12 milhões de associados em 190 países e territórios.



Fundou várias instituições educacionais e culturais, como as escolas Soka (do nível pré-escolar ao universitário), a Associação de Concertos Min-On, o Instituto de Filosofia Oriental e o Museu de Arte Fuji de Tóquio.

Pacifista, filósofo, poeta laureado e escritor com obras traduzidas para mais de vinte línguas, é sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras (ABL) desde 1992, ocupando a cadeira de nº 14.

Convicto de que um movimento popular centralizado nas Nações Unidas é a chave para transformar o mundo onde imperam a desunião e a hostilidade em um mundo de coexistência pacífica, Ikeda apresenta anualmente, no dia 26 de janeiro, aniversário de fundação da SGI, sua proposta de paz.

A SGI é oficialmente registrada como organização não-governamental (ONG) no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc), no Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), no Departamento de Informações Públicas das Nações Unidas (UNDPI), na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e também é membro da Federação Mundial das Associações das Nações Unidas (WFUNA).

A nova era do povo: uma rede mundial de indivíduos conscientes e fortes

por Daisaku Ikeda
Presidente da Soka Gakkai Internacional

Enviada à Organização das Nações Unidas (ONU)
por ocasião do 31º aniversário da SGI, em 26 de janeiro de 2006.

Tradução: René Takeuti
Elizabeth Miyashiro

Revisão: Thiago de Mello

Colaboração: Gláucia Yassuco Shirayama
Anderson Félix Nunes

Arte: Iusse José Filho

Capa: Henrique Kubota

Todos os direitos reservados à Editora Brasil Seikyo Ltda.

Editora Brasil Seikyo Ltda. Administração e redação: Rua Tamandaré, 1007, São Paulo, SP — CEP: 01525-001
Fones: (11) 3274-1940/1941/1942 — Fax (11) 3274-1949 / CGC 61.612.891/0001-21
Matrícula na Lei de Imprensa no 2092 — Registro no INPI no 0060117320
Diretor-Presidente: Eduardo K. Taguchi — Jornalista responsável: Júlio Tadachi China (matrícula DRT no 17.595)
Fotolito e Impressão: Plural Editora e Gráfica Ltda. — Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, no 700,
Tamboré, São Paulo, SP — CEP: 06500-000 — Fone: (11) 4152-9430 — Fax: (11) 4152-9560



A nova era do povo: uma rede mundial de indivíduos conscientes e fortes

Neste aniversário de fundação da Soka Gakkai Internacional (SGI), eu gostaria de apresentar algumas idéias com a esperança de servir à construção de uma sociedade humana de paz e coexistência criadora.

Resposta à crise mundial

Dois mil e cinco foi um ano histórico: o do 60º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial. Foi, sobretudo, o ano em que ocorreram fatos terríveis, que ameaçaram a vida de milhares de seres humanos.

Nada foi mais assustador do que a série de desastres naturais em diferentes regiões do mundo. Antes mesmo de começar a se recuperar dos danos do terremoto em Sumatra e do tsunami, a Índia foi vítima, em julho de 2005, da grande inundação e, no final de agosto, furacões causaram enormes estragos na costa sudeste do Golfo dos Estados Unidos. Grande parte da África Ocidental continua a sofrer de fome em virtude da seca e da praga de gafanhotos. Em outubro, um grande terremoto no nordeste de Caxemira deixou mais de 73 mil mortos e aproximada-

mente 3 milhões de pessoas desabrigadas.

O impacto do furacão Katrina, nos Estados Unidos, que paralisou uma das maiores cidades americanas, deixando-a totalmente inundada, com seus cidadãos indefesos em condições aterradoras, tentando salvar-se por si próprios —, revelou de forma dolorosa a vulnerabilidade aos desastres naturais, mesmo de sociedades industriais avançadas.

O terrorismo continuou apavorando o mundo com ataques que mataram e feriram elevado número de civis inocentes, lançando profunda insegurança na vida das pessoas no decorrer de 2005. Em julho, homens-bomba causaram a morte de dezenas e feriram centenas de pessoas com ataques ao sistema de transporte público de Londres. Os ataques ganharam mais impacto porque foram perpetrados durante a Cúpula do G-8, cercada por medidas de alta segurança. Numa sequência perturbadora, a violência crescente e indiscriminada — no Egito, na Indonésia, no Iraque e em outras partes mais — ceifou a vida de tantos seres humanos.

A intolerância para com as diferenças étnicas ou nacionais, freqüentemente agravadas por movimentos populares internacionais, tem sido a causa de conflitos e da violência criminal, e muitas sociedades atravessam graves divisões. Na região de Darfur, no oeste do Sudão, ataques da milícia árabe, a Janjaweed, contra a popula-

ção local, mataram dezenas de milhares de pessoas e deixaram aproximadamente dois milhões de desabrigados. Essas condições, que os inspetores das Nações Unidas chamaram de “a mais grave crise humanitária do planeta”,¹ não têm melhorado, nem têm suas causas resolvidas.

Crimes abomináveis se sucedem à feição dos ataques terroristas de setembro de 2001, com uma crescente onda de violência e discriminação contra os muçulmanos. Enquanto isso, em outubro e novembro do ano passado, jovens descontentes tomaram as ruas, causando tumulto por toda a França, impondo o toque de recolher em muitas cidades e regiões.

O avanço a passos rápidos da globalização tem aumentado o risco de doenças infecciosas que se desdobram em epidemias. A pandemia da Aids afeta severamente a África Subsaariana. No mundo inteiro, a Aids já matou mais de 25 milhões de pessoas, deixou cerca de 15 milhões de órfãos. Atualmente, por volta de 40 milhões de pessoas estão infectadas com o vírus HIV. Também cresce a preocupação com o surgimento de novos vírus da gripe. A mutação do vírus da gripe animal, que poderia permitir a transmissão de pessoa a pessoa, viria a causar vítimas nas proporções da gripe espanhola de 1918-1919.

Todos esses fatos representam questões globais que, direta ou indiretamente, afetam a todos nós. Em momento algum podemos considerá-los como se estivessem dissociados de nós, como fogo lá do outro lado do rio, conforme afirma o adágio japonês. Como o aquecimento global e a contínua pobreza, que serve de solo fértil para o terrorismo, essas questões estão organicamente ligadas ao processo de globalização. Devem ser vistas como seus produtos intrínsecos, muito mais do que mudanças revolucionárias na economia,

Gripe espanhola

A pandemia da gripe espanhola (1918–1919) foi a mais devastadora já registrada em toda a história da humanidade, matando entre 20 e 40 milhões de pessoas, número este superior aos mortos na Primeira Guerra Mundial. O nome deve-se ao fato de ter irrompido na Espanha, causando cerca de 8 milhões de óbitos em maio de 1918. Acredita-se que a pandemia tenha se originado na China e se propagado ao longo das rotas marítimas e comerciais, chegando à América do Norte, Europa, Ásia, África, Brasil e sul do Pacífico.

O vírus infectou um quinto da população mundial e foi mais letal para as pessoas de 20 a 40 anos. Esse quadro de morbidade é incomum para a gripe, que normalmente mata idosos e crianças. A taxa de mortalidade pela contaminação do vírus da gripe espanhola foi de 2,5% em comparação a menos de 0,1% dos casos de epidemias de gripe anteriores.

nas finanças ou na tecnologia de informação (IT), com as quais são comumente associadas. É urgente uma resposta holística que trate de ambos os aspectos, negativo e positivo, da globalização.

Essas questões vão até a essência da história humana e integram os esforços para criar uma nova civilização mundial. Visto a escala desse desafio, uma busca por resultados rápidos poderia facilmente surtir o efeito contrário, lançando as pessoas num estado de desespero e impotência ainda maior. Essa inquietude terrível conflita com a esperança que bem merecia o início deste século. Em contrapartida, faríamos bem em concordar com a advertência que ganhou fama pelo movimento ambiental: pensar globalmente, agir localmente.

De fato, quando enfrentamos um impasse desta escala, nada é mais eficaz do que voltar nossa atenção do macro para o micro — de eventos de escala vasta e esmagadora para outros mais imediatos e, portanto, tratáveis. Quando transportamos questões globais para a realidade tangível da vida diária, mesmo a maior e mais gra-

Voluntários da SGI distribuem suprimentos às vítimas do tsunami (dezembro de 2004).





ve delas pode ser compreendida em sua essência. Este modo de ver os fatos é a maior esperança para abrir o caminho em direção a soluções sustentáveis e produtivas.

O indivíduo livre e o individualismo exacerbado

No outono passado, uma resenha literária publicada no *Seikyo Shimbun* (jornal diário da Soka Gakkai) chamou minha atenção para a obra de Bill McKibben, *Basta: Mantendo-se Humano em uma Era Engenhada*.^{*} McKibben trata de desafios fundamentais da humanidade, criados por avanços da tecnologia de ponta — como, por exemplo, a possibilidade de manipulação genética das células germinais humanas. Ele adverte que se o uso dessa tecnologia não for bem controlado poderá provocar a extinção dos seres humanos.

Examinando o progresso da civilização moderna desde a Revolução Industrial, McKibben escreve: “O interessante é que todas essas mudanças tomaram a mesma direção: trocaram o valor contextual por liberdade individual”.² Ao nos aproximarmos deste limite, ele alerta: “Mas agora — e por fim, aqui está a essência do argumento — *corremos o risco de desaparecer até como indivíduos*”.³

Ao buscar a máxima liberdade para o indivíduo, a civilização moderna tem focalizado pessoas sarcásticas, livres de restrições e de nossos vários “contextos”. Os ganhos materiais e de conveniência pessoal têm sido realmente grandes. Mas o que seria, de fato, um “indivíduo livre”, despojado de todo contexto — sem os laços de família, vizinhança, da comunidade nacional, do ambiente profissional e regional, de associações religiosas e outras, e da convivência com a própria natureza? Afinal, não seria uma ficção esse indivíduo livre? Será que o resultado lógico dessa busca de liberda-

^{*} Título traduzido conforme o artigo de Marcelo Gleiser, “Medo da Ciência”, publicado no *Jornal da Ciência*, de 28 de julho de 2003.

Engenharia Genética

A engenharia genética torna possível introduzir ou remover informação genética específica em células vivas.

A engenharia genética somática possibilita mudar a constituição genética de células específicas do corpo que compreendem órgãos e tecidos — fígado, cérebro, ossos — de um indivíduo em particular. Isso possibilitaria tratar enfermidades como fibrose cística inserindo um gene “corretivo” em células doentes. As mudanças afetam somente esse indivíduo e não são transmitidas às crianças.

A engenharia genética das células germinais tem como alvo os genes em óvulos, esperma ou células não-diferenciadas de um pré-embrião. As alterações afetam cada célula no corpo do indivíduo resultante, e são transmitidas a todas as futuras gerações. Embora a engenharia de células germinais seja em alguns casos sugerida como um meio para evitar a transmissão de doenças genéticas, o fato de que isso alteraria permanentemente a constituição genética da espécie humana torna impossível prever seu impacto a longo prazo.

De forma esmagadora, líderes das áreas política, religiosa e científica opõem-se à manipulação das células germinais.

de não passaria de individualismo exacerbado, a materialização de desejo irrefreável?

Vivemos numa era repleta de perigos imprevisíveis, que o sociólogo Ulrich Beck chamou de “sociedade de risco”. Transportando essas questões para a dimensão individual, é possível esclarecer sua essência. Se isso não for devidamente compreendido, continuaremos incapazes de encontrar a saída do impasse esmagador de nossa realidade mundial. Tudo recairá no indivíduo.

Em anos recentes, ocorreram no Japão uma série de crimes brutais, praticados por crianças,

e muitos outros fatos terríveis antes inimagináveis. Com frequência, ouvimos a respeito desses incidentes, expressões como “inacreditáveis” e “incompreensíveis”. Esses lamentos revelam o modo como as pessoas tentam se agarrar à compreensão de eventos anormais que fogem ao sentido comum.

Em 1997, a cidade japonesa de Kobe foi cenário de uma série de assassinatos de crianças praticados por um rapaz, ele próprio com apenas 14 anos. Conforme se comprovou, isso era apenas o início de uma série de crimes cometidos por crianças e adolescentes. O escritor e crítico Kunio Yanaguida estudou esses incidentes e suas causas, e apresentou esta análise: “Embora seja impossível chegar à causa real, já se pode afirmar que, virtualmente, todas as crianças que praticaram esses crimes horrendos possuem estrutura espiritual egocêntrica, que revela total indiferença à dor alheia”.⁴

Esses incidentes mostram a característica marcante do crime dos dias modernos. Fico pensando se não estaria aí a razão para o medo e a inquietação que sentimos em nossa própria vida.

Pode ser instrutivo o contraste com os costumes de épocas e lugares muito diferentes. É o que mostra Fédor Dostoiévski (1821-1881) em seu clássico *Recordações da Casa dos Mortos*, no qual relata suas experiências durante quatro anos de trabalho árduo na Sibéria.

O que Dostoiévski expressa nesta obra é a empatia estendida pelos habitantes dessa terra de exílio aos criminosos que se encontram entre eles. Apesar de reconhecerem o mal das ofensas cometidas, essa simpatia dos moradores locais permite imaginar como alguém — incluindo eles próprios — poderia acabar cometendo um crime terrível se estivesse nas mesmas circunstâncias.

Por esta razão, essas ações não são “incompreensíveis”, mas podem perfeitamente ser compreendidas — quase como uma realidade sentida e tangível. Desse modo, eles se referem aos crimes como “infortúnios” e seus autores como “desafortunados”. Dostoiévski oferece um retrato vívido e irresistível da comunicação de coração a coração, que atravessa as barreiras dos altos muros e do arame farpado.

Comparando isto com a patologia da sociedade contemporânea, onde a criminalidade juvenil representa apenas a ponta visível do iceberg, evidencia-se como sintoma principal a quase total ausência de solidariedade. No Japão também, frequentemente imagens de TV nos mostram pessoas que ocupam posição de responsabilidade procurando explicar suas más ações. Quando no final são encurraladas, abaixam a cabeça para pedir desculpas — como se isso bastasse para se redimir de seus atos premeditados. Que benevolência ou afeto algum jovem poderia vislumbrar nas expressões horrendas e relapsas no rosto desses adultos? Essa incapacidade para perceber e sentir a dor dos outros cada dia se aprofunda mais.

Se a nossa humanidade for desenvolvida dentro do contexto das relações com as outras pessoas, o individualismo exacerbado perderá sua influência. O reconhecimento da existência e do respeito pelos outros é sempre firmado na capacidade de controlar os desejos particulares de uma pessoa, e isso só pode ser desenvolvido dentro da estrutura de interação humana. Há, portanto, um vazio intolerável no âmago desse individualismo extremo, uma instabilidade e insegurança que o ronda e mostra a dimensão da alienação de qualquer comportamento normal e saudável. Em última análise, é incompatível com a nossa própria condição humana.



Essa realidade não tem escapado dos olhos da sociedade. O escritor e ex-chefe de gabinete Taichi Sakaiya, por exemplo, observou a degeneração dos laços tradicionais, como os das relações de família, comunidade e local de trabalho, e visualizou uma sociedade solidária, organizada em torno de interesses compartilhados. Da mesma forma, o crítico e dramaturgo Masakazu Yamazaki retrata a intensa sensação de isolamento que a globalização pode provocar: a sensação de existir em um vazio infinito em que as pessoas “gritam, mas não obtêm resposta”.⁵ Ele defende o desenvolvimento de relações sociais alicerçadas na confiança e nas responsabilidades recíprocas inevitáveis da vida. Conforme esses observadores nos confirmam, nós somente podemos viver dentro do contexto da relação. Somente neste contexto podemos ser realmente humanos.

A essência consistente e a convicção da Soka Gakkai

Essas idéias são de grande interesse, mas não podemos perder de vista o fato de que os protagonistas de toda e qualquer reestrutura da sociedade sempre será cada um dos cidadãos. Se realmente chegarmos a ser ameaçados, conforme McKibben diz, de “desaparecermos até como indivíduos”, é somente reconsiderando o significado de ser um indivíduo que poderemos encontrar a saída da escuridão. Só com o forte desejo de cada um de nós, de participar ativamente das relações sociais, é que a sociedade unida poderá existir como um todo funcional.

Surge aqui a necessidade crucial de uma estrutura que impeça indivíduos livres de caírem no egoísmo incontável. Precisamos encontrar o ponto de apoio sobre o qual as pessoas possam

desenvolver a vontade requerida para serem pró-ativas, fortes e engajadas. Este é o caminho certo que levará ao horizonte de uma nova civilização, de uma nova era das pessoas. Esta é a convicção que venho mantendo já faz tempo.

As atividades da SGI constituem um movimento humanístico, fundamentado no budismo, que visa a desenvolver indivíduos fortes, capazes de responder aos desafios de nossa era. Poucos descreveram isto de forma tão incisiva quanto o Dr. Jan Swyngedouw, professor emérito da Universidade de Nanzan, em entrevista para o *Seikyo Shimbun* no início dos anos 1980.

Depois de uma convivência de vinte anos com a sociedade e as religiões japonesas, o Dr. Swyngedouw considerou a diferença entre as atitudes dos membros da Soka Gakkai em relação à fé e à prática religiosa e às daquelas tradicionalmente mantidas pelo povo japonês.

O primeiro ponto observado por ele foi a profundidade e autenticidade da convicção sustentada pelos membros. O segundo: a essência religiosa vital da filosofia da Soka Gakkai consiste em despertar as pessoas para o valor que têm dentro de si mesmas como seres humanos. O Dr. Swyngedouw declarou que a formação e o desenvolvimento dessa espécie de “espinha dorsal”, do caráter, possibilita à Soka Gakkai criar pessoas capazes de prestar contribuições reais para a paz no mundo.

Dizem que a sociedade japonesa valoriza a “harmonia” (wa, em japonês), mas essa harmonia não se limita apenas ao Japão. A harmonia pela qual o presidente Ikeda e os membros da Soka Gakkai se dedicam tem como objetivo a paz do mundo, e acredito que representa importante revolução na atitude religiosa do Japão.

Esta observação corresponde à essência de nosso movimento. Historicamente, as religiões japonesas apresentam uma tendência para a subordinação ao Estado. Isso ocorreu particularmente com o budismo no período Edo (1603-1867), quando se consagrou efetivamente à subserviência das autoridades. Um dos maiores intelectuais do início da ocidentalização no Japão, Yukichi Fukuzawa (1835-1901), descreveu esse estado: “Eu diria que a religião desapareceu do Japão”.⁶ Imagino que o Dr. Swyngedouw percebeu que nosso movimento, baseado no Budismo de Nitiren Daishonin, pode servir como antítese eficaz dessa subserviência.

Se a missão primordial da religião é formar indivíduos fortes e engajados, capazes de dar respostas criativas aos desafios da vida, então, mais do que nunca, ela deve se levantar para essa tarefa agora, quando os ventos da incerteza e da mudança açoitam cada canto do planeta, cada aspecto de nossa vida.

Montaigne: modelo de humanismo

Nos muitos anos que já se passaram, tentei, com estas propostas, espalhar a luz do humanismo budista. Fiel a meu propósito, este ano eu gostaria de examinar a vida e as idéias do escritor do século XVI, Michel de Montaigne (1533-1592), conhecido como o “Pai da Tradição Moralista Francesa”. Montaigne é famoso neste aspecto porque, apesar de não ter ligação comprovável com o budismo, suas idéias são incrivelmente semelhantes ao humanismo expresso na tradição do Budismo Mahayana, especialmente aquela que se origina do Sutra de Lótus e que foi desenvolvida por Nitiren Daishonin (1222-1282).

No primeiro de seus ensaios, obra pela qual

ele é mais conhecido, Montaigne declara: “Em verdade o homem é de natureza muito pouco definida, estranhamente desigual e diverso. Dificilmente o julgaríamos de maneira decidida e uniforme”.⁷ A começar por esta declaração — que ressoa com a visão budista da impermanência — toda a obra de Montaigne é imbuída de um senso da relatividade e mutabilidade dos fenômenos.

Embora mais tarde esse pensamento fosse caracterizado como “oriental”, Montaigne não buscou o tipo de vida sugerido pelas idéias budistas ocidentais — de ser impelido pela aversão à natureza da vida efêmera, retirando-se em uma montanha isolada. Apesar de confessar sentir-se mais à vontade quando escrevia em seu castelo, ele se dedicava ao serviço público em vários postos, como conselheiro do Tribunal de Périgueux, prefeito de Bordeaux e conselheiro de vários reis da França. Ele ainda apreciava e procurava manter contato com as pessoas comuns. Digno de um representante da tradição moralista, não se incomodava de ser coberto pela poeira deste mundo.

A vida de Montaigne coincidiu quase total-

Tradição Moralista Francesa

A origem da tradição moralista francesa é geralmente creditada aos ensaios de Montaigne. Na segunda metade do século XVII, escritores como Pascal (1623-1662), La Rochefoucauld (1613-1680) e Nicole (1625-1695) reviveram essa tradição de engajamento humanista com o mundo e a levaram ao pleno florescimento. No século XVIII, os escritores moralistas clássicos franceses foram considerados como filósofos por leitores na Inglaterra, Escócia e América — apesar da tendência da França em vê-los principalmente como grandes estilistas — e essa interpretação anglo-americana deu surgimento ao que veio a ser conhecida como filosofia moral.



Michel de Montaigne

ILUSTRAÇÃO: HENRIQUE KUBOTA



mente com as guerras religiosas que arruinaram a Europa no século XVI. Contra esse cenário sangrento, o tom e linguagem ponderados de seus *Ensaio*s tiveram importância e brilho particulares. Suas palavras são, de fato, como a flor de lótus, cujas flores brancas emergem das profundezas das águas lamacentas.

Frisei anteriormente a importância de trazer para perto os desafios globais por meio das lentes da realidade pessoal imediata. Essa essência do projeto de Montaigne fez dele um extraordinário pensador, que trouxe como foco o tipo de humanismo — o *ethos* de cidadania mundial — próprio de uma era de globalização.

Uma visão universal

Não podemos escapar da realidade pessoal pura e imediata da nossa própria vida. Se tentarmos fugir, pagaremos um preço inevitável. Como Montaigne afirma: “As pessoas obcecadas por essa idéia de separar o corpo do espírito, de se tornarem diferentes e de deixar de ser homens não passam de loucos; não se transformam em anjos e sim em feras; em lugar de se elevarem, abaixam-se. Esses humores transcendentais apavoram-me, como os sítios excessivamente altos e inacessíveis...”⁸

Consta nos ensinamentos budistas: “O exemplo de um único indivíduo serve igualmente para todos os seres vivos”.⁹ Do mesmo modo, por meio da observação da humanidade de um único indivíduo, ele próprio, Montaigne revelou uma visão universal de toda a humanidade. Ele foi, portanto, capaz de enxergar as diferenças e discriminações religiosas do passado, a partir do cruel conflito entre católicos e protestantes. “Comparai nossos costumes”, escreveu, “aos dos maometanos e pagãos e vede quanto os nossos são

inferiores”.¹⁰ “Não há hostilidade mais eficaz que a dos cristãos. Nosso zelo é capaz de maravilhas quando secunda nossa inclinação natural para o ódio, a crueldade, a ambição, a avareza, a intriga, a rebeldia... Nossa religião tem por objetivo extirpar os vícios; mas faz com que os dissimule, os alimente e os incentive.”¹¹

Embora Montaigne se auto-identifique como um católico, ele era totalmente livre de sectarismos. Comedido e tolerante em todas as questões, era inclemente em condenar aqueles que desprezavam seus semelhantes por discórdias religiosas. Cerca de 200 anos antes da Revolução Francesa e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, num tempo em que o conceito de “liberdade religiosa” não tinha sido definido, ele incluiu em seu livro um ensaio intitulado “Da Consciência”, ato de extrema coragem para a época.

A universalidade de Montaigne atravessa os limites da cultura e etnia com igual facilidade. A distinção entre o civilizado e o bárbaro, que viria a sustentar séculos de colonialismo e que foi uma verdade aos olhos da maioria dos europeus, era, para ele, uma invenção absurda. Sua descrição dos nativos brasileiros é audaciosa, imparcial e, ao mesmo tempo, cheia de entusiasmo. “Não vejo nada de bárbaro ou selvagem no que dizem daqueles povos; e, na verdade, cada qual considerará bárbaro o que não se pratica em sua terra... A essa gente chamamos selvagens como denominamos selvagens os frutos que a natureza produz sem intervenção do homem. No entanto aos outros, àqueles que alteramos por processos de cultura e cujo desenvolvimento natural modificamos, é que deveríamos aplicar o epíteto.”¹²

Montaigne era totalmente livre de discriminação e preconceitos fundamentados nas dife-

renças étnicas e nacionais que ainda hoje continuam a aprisionar tantas pessoas. Essa liberdade de espírito motivou o seu sincero apreço por outro cidadão mundial, o grego Sócrates.

“Perguntaram a Sócrates de onde era e ele não respondeu: de Atenas, mas: do mundo. Para ele, cuja inteligência mais vasta e aberta que a de outrem abarcava o universo e dele fazia sua cidade, o objeto de sua afeição era o gênero humano.”¹³

A visão universal de Montaigne também não o deixava se influenciar pelas diferenças de padrão social. As seguintes passagens demonstram isso claramente: “Quando consideramos um camponês e um rei, um nobre e um plebeu, um magistrado e um simples particular, um rico e um pobre, uma enorme diferença nos salta aos olhos. Mas essa diferença não consiste por assim dizer, senão na diversidade de calçado que usam uns e outros”.¹⁴ E: “Cem artesãos conheci, e cem lavradores, mais prudentes e felizes do que professores universitários. Com os primeiros gostaria de me parecer”.¹⁵

Deste modo, Montaigne era capaz de rejeitar as distinções de classe feudal com risos. Mas isso não significa que ele era um anarquista. Não negava a ordem social à qual, como um aristocrata, pertencia. Montaigne era, portanto, uma pessoa que abraçava a liberdade e generosidade de espírito e, ao mesmo tempo, um conservador ferrenho.

No escrito “A seleção do tempo”, Nitiren Dai-shonin declara a respeito do governante Hei no Saemon: “Pode parecer que, por ter nascido dentro de seu domínio, eu o siga em minhas ações, mas jamais o seguirei em meu coração.”¹⁶ Montaigne faz declarações de efeito semelhante. Ele parece ter considerado isso como o melhor meio

de imitar a realidade, de fazer avançar gradativamente a causa de alguém enquanto evita os horrores da violência e do derramamento de sangue.

Outro aspecto único do pensamento de Montaigne é que o seu olhar penetrante não se dirigia unicamente aos seres humanos, mas também ao mundo natural, à vida animal e vegetal.

“Cumpram-nos ter certo respeito não somente pelos animais, mas também por tudo o que encerra a vida e sentimento, inclusive árvores e plantas.”¹⁷

O pensamento de Montaigne difere nitidamente das visões estabelecidas de sua época, que estabelecem distinções hierárquicas bem definidas entre os humanos e o resto da natureza. Sua visão apresenta profunda similaridade com os ensinamentos do budismo — de que todos os seres vivos possuem a natureza de Buda e que plantas e árvores são capazes de atingir a iluminação. Acredito que essa perspectiva sobre a relação entre os homens e a natureza pode nos ajudar a resolver a crise ambiental do planeta.

Há outras passagens interessantes que demonstram como o ceticismo de Montaigne levou-o a reexaminar até mesmo a rotina do dia-a-dia. No mais longo de seus ensaios, escrito em defesa do teólogo Raymond Sebond, lemos o seguinte: “Quando brinco com minha gata, sei lá se ela não se diverte mais do que eu?”¹⁸ Dessa declaração ingênua pode ser obtida uma consciência da natureza, da realidade e uma sensibilidade aguçada para com a vida, sem falar da afinidade entre os seres humanos e seus animais de estimação.

Desta forma, Montaigne ilustra o *ethos* da cidadania mundial, que considero ser a própria essência do humanismo, incluindo normas práticas e guias de comportamento. Mesmo tendo escrito há mais de 400 anos, Mon-



taigne oferece um exemplo inspirador.

Há, creio eu, três aspectos cruciais em relação à prática e normas de um humanismo fundamentado no budismo: (1) uma aproximação gradativa; (2) uma ênfase no diálogo; e (3) um enfoque no caráter ou integridade pessoal como valor central. Isto é algo que enfatizo há anos e do qual tratei num discurso proferido em janeiro de 1993 na Faculdade Claremont McKenna, nos Estados Unidos. Estes também são temas frequentes na filosofia de Montaigne.

Uma aproximação gradativa

Ao ler os *Ensaio*s, observa-se de imediato o valor que Montaigne confere, talvez de forma exagerada, ao hábito ou costume — um poder e uma importância enormes às questões humanas. “Em suma, a meu ver, não há o que o costume não faça ou não possa fazer; e com razão afirma Píndaro, ao que me disseram, ser o hábito o rei e imperador do mundo.”¹⁹ “Nossos hábitos moldam nossa vida a seu bel-prazer, como a bebida de Circe que modifica a nossa natureza a seu talento.”²⁰

O foco constante na pessoa é a característica da filosofia de Montaigne. Isto porque nossa realidade pessoal é diversa em todos os aspectos; nunca é idêntica para duas pessoas. Ela pode contrastar completamente e, em grande parte, pode ser decisivamente influenciada e moldada pelas tradições e costumes particulares de certa localidade. “Em verdade, como ingerimos com o primeiro leite hábitos e costumes, e o mundo nos aparece sob certo aspecto quando o percebemos pela primeira vez, parece-nos não termos nascido senão com a condição de nos submetemos também aos costumes; e imaginamos que as idéias aceitas em torno de nós, e infundidas em nós por nossos pais, são absolutas e ditadas pela natureza.”²¹

De novo se trata da natureza ilusória do indivíduo livre, desimpedido de todos os laços ou compromissos. As pessoas não podem simplesmente ser “reajustadas” a uma condição de nulidade, como uma folha de papel em branco, esperando pacientemente a caneta do escritor. “Quaisquer que sejam as possibilidades que tenhamos de corrigi-lo e reorganizá-lo, não podemos, sem o quebrar, dobrá-lo até perder o vinco antigo.”²²

Quando lidamos com a realidade macro, por exemplo, de uma nação ou Estado, precisamos nos lembrar de que isto representa a interação complexa de muitas realidades pessoais, locais e culturais. Como tal, é possível obter medidas específicas e graduais de experiências passadas e aplicá-las cuidadosamente. Mas qualquer tentativa de derrubar e reconstruir o estado em sua totalidade de acordo com “medidas imaginadas artificialmente”²³ é uma expressão da arrogância humana destinada ao fracasso.

Esta é uma lição escrita nas profundezas do ser de Montaigne pelas guerras religiosas infernais que o assolou e que o deixou cético quanto a quaisquer esforços por uma reforma radical.

“Mas querer refundir tão grande massa e trocar os alicerces de tamanho edifício é fazer como os que, para melhorar, apagam tudo, para corrigir um defeito tudo desmantelam, para curar matam o doente: ‘Não é bem mudar que pretendem; é destruir’.”²⁴

Esta é a mesma pessoa que expressou idéias que pressupôs, há uns 200 anos, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Conforme observei anteriormente, Montaigne teve a capacidade única de adotar idéias que hoje seriam o extremo oposto do espectro conservador-liberal.

Montaigne declarou: “A novidade, qualquer forma que assuma, me aborrece profundamen-

te...”²⁵ Esta desconfiança um tanto extrema em relação à mudança demonstrada por Montaigne certamente era uma reação ao massacre e à convulsão social que ele havia testemunhado. Podemos concordar ou discordar dele neste ponto, dependendo muito de nossa opinião sobre mudanças revolucionárias, como ocorreu na França e na Rússia séculos mais tarde. Mas acerca de um ponto pode haver um pouco de controvérsia, isto é, que os modernos proponentes de mudanças revolucionárias têm sido superotimistas em afirmar a maleabilidade da natureza e da sociedade humana. Este tipo de arrogância tem levado a radicalismos irracionais, violências, torturas e massacres, deixando um rastro de sangue.

Gostaria aqui de referir-me ao capítulo dos *Ensaio*s em que Montaigne, com base em sua própria experiência no serviço público, discute sobre a virtude política. Acredito que o seguinte trecho oferece uma descrição da aproximação gradativa: “A virtude que as coisas deste mundo exigem é uma virtude flexível, capaz de se adaptar à fraqueza humana; não é pura nem simples; não é reta, constante, imaculada. (...) Quando nos misturamos à multidão, cabemos abrir o caminho aos empurrões, avançar e recuar e por vezes tomar por atalhos; e viver, não como desejaríamos, mas como querem os outros; não segundo o que nos propomos e sim de acordo com o que nos impõem; segundo o tempo, os homens e as coisas”.²⁶

Conforme ele indica, vale a pena lembrar que política é uma questão de habilidade e técnica, de dar e tomar, de encontrar um equilíbrio entre interesses conflitantes e de reunir várias opiniões. É a arte de fazer acordos e de encontrar o ponto para evitar que expectativas elevadas irreais possam levar ao desastre. Uma leitura cuidadosa dos

*Ensaio*s nos permite reconhecer o sofrimento, a paciência e a perseverança de Montaigne como uma figura pública que afirmava que “o caminho da lei é doloroso, imparcial e impositivo”, em contraste com a violência e o poder que, para ele, eram “caminhos ilegais e bárbaros”.²⁷ Esta fórmula contém importantes lições, que espero sejam acatadas no Japão e no mundo inteiro.

Ênfase no diálogo

Na busca de uma aproximação gradativa, o diálogo é o meio mais eficaz que temos à nossa disposição. Montaigne expressou seu puro amor pelo diálogo da seguinte forma: “O mais proveitoso e natural exercício de nosso espírito é, a meu ver, a conversação. É-me a sua prática mais agradável do que qualquer outra”.²⁸ Neste capítulo, Montaigne entra numa explanação detalhada do espírito com o qual devemos nos aproximar do diálogo, num engajamento com os outros. Gostaria de focar aqui dois pontos em particular.

Primeiro, apesar de o próprio Montaigne ser um membro da aristocracia, como já mencionado, ele considerava a diferença entre bem-nascidos e malnascidos como algo essencialmente irrelevante — não mais que uma questão dos sapatos que eles usavam. Humanista engajado, ele declarou que era preferível ser um bom escudeiro a ser um bom lógico.²⁹ Ele preferia conversar com as pessoas comuns, pois era nelas que encontrava o verdadeiro diálogo e refinamento de caráter.

“Admiraria um espírito constituído de vários andares e que, desmontável à vontade, se adaptasse a tudo o que o acaso lhe apresentasse; que pudesse conversar com o vizinho acerca de construções, caça, demandas e com carpinteiro ou jardineiro.”³⁰



A aproximação gradativa, fundamentada em nossa realidade imediata, somente pode ser eficaz quando praticada por uma pessoa controlada e magnânima, cujo interesse principal é o ser humano.

Montaigne admirava Sócrates como o “mestre dos sábios”.³¹ Isto porque “Sócrates exprimia-se de um modo natural e simples; assim fala um campônio, assim fala uma mulher”.³² Em outras palavras, o homem louvado como o mestre número um da humanidade não tinha necessidade de termos filosóficos sofisticados, transpunha facilmente o mar da linguagem, o mar das pessoas, repartindo a sua sabedoria com todos que encontrava e onde quer que fosse.

A seguir, Montaigne declara que, quando engajado em diálogo: “Vã é a empresa de quem presume abraçar causas e conseqüências e conduzir os fatos pela mão...”³³ Nesta frase, Montaigne nos clama a deixarmos de lado a arrogância humana e a nos engajarmos com aquelas forças que superam nossos poderes de discernimento e entendimento racional.

“Quando me consulto, esboço apenas o tema de minhas reflexões e o encaro superficialmente nos seus primeiros aspectos; o principal da tarefa, tenho por hábito confiá-lo ao céu.”³⁴

Em termos religiosos, esta atitude pode ser comparada à oração. Se perdermos de vista esse tipo de humildade, aplicando fé indevida no poder das palavras, podemos ser facilmente arrasados por um cinismo destrutivo quando nossos esforços para o diálogo chegarem a um impasse. Deste ponto há um único passo para a rejeição ao diálogo. Isto é algo que vivemos diariamente. É óbvio que, em escala macro, pode resultar em guerras, revoluções, violências e conflitos.

A advertência de Montaigne contra a vaidade

de é hoje mais relevante do que nunca. O impulso para moldar até mesmo os nossos filhos aos nossos desejos, por meio de tecnologias como as da engenharia genética, é exemplo típico da arrogância humana mais terrível e catastrófica.

Caráter como valor principal

Gostaria agora de falar a respeito do caráter como valor principal. Como já observei, a obra *Ensaio* é repleta de expressões de visão mundial, que de várias formas são análogas à compreensão oriental da impermanência e transitoriedade de todas as coisas. Mas não é o tipo de visão sentimental ou emotiva de impermanência, comumente observada no Japão. Tampouco é um desejo ardente por salvação que submete a pessoa a alguma vasta e inescrutável entidade, como um “céu” ou “natureza”, que domina nosso ser individual. Ao contrário, possui um senso concreto da realidade da existência diária.

Virtualmente, todos os 107 capítulos dos três volumes de *Ensaio* possuem títulos que constituem conselhos de como melhorar a vida neste mundo, temas e advertências que estão em sintonia com as percepções do cotidiano das pessoas. Encontramos aqui a verdadeira essência de Montaigne, o grande moralista francês, que sentia um orgulho insuperável por ser um participante engajado na realidade da vida diária.

Montaigne abre os *Ensaio*s com esta frase: “Leitor, sou eu mesmo a matéria deste livro...”³⁵ e continua: “Deparamos em qualquer homem com o Homem”.³⁶ “Quero permanecer senhor de mim mesmo.”³⁷ “Eu que sou rei no assunto de que trato...”³⁸ e “Quem não se conhece pode empanturrar-se com elogios imerecidos; eu não, porque me vejo, me analiso e sei muito bem o que sou”.³⁹

Assim, embora Montaigne tivesse o claro dis-

cernimento para reconhecer que tudo, incluindo ele próprio, era inconstante e sujeito a mudar, continuou a manter o mesmo interesse por ele próprio. Sua preocupação principal era a busca do caráter e da integridade das pessoas. “A mais admirável obra-prima do homem consiste em viver com acerto. Em outras palavras, fazer cada coisa em seu devido tempo. Tudo mais — reinar, juntar, edificar — não passa de acessório e de minúcia.”⁴⁰

Com seu famoso lema “*Que sais-je?*” (O que eu sei?), Montaigne assumiu o desafio de Sócrates, engajando-se em um incessante processo de autoquestionamento. Qual era o estado de vida interior, a relação com a verdade, que Montaigne — o cético e relativista — atingiu mediante sua busca obsessiva e indagação inflexível? No final do capítulo dos *Ensaio*s encontramos estas palavras: “Saber lealmente gozar do próprio ser, eis a perfeição absoluta e divina. Nós só desejamos condições diferentes das nossas porque não sabemos tirar partido daquelas em que nos achamos. Saímos de nós mesmos porque ignoramos o que nos compete fazer. Embora usemos pernas de pau, temos de mexer as do corpo para andar, e é com o traseiro que nos sentamos no mais alto trono do mundo”.⁴¹

Dedicando-se ao processo inexorável de dúvida e questionamento, Montaigne exterminou o dogmatismo e o fanatismo. Ele esmigalha a hipocrisia arrogante. Por sua compreensão do absoluto ser algo emanado de seu interior — cultivado colocando-se o relativo em confronto com o relativo, empilhando dúvida sobre dúvida —, ele era capaz de evitar a armadilha de tratar como absoluto aqueles processos que são relativos por natureza própria (como muitos marxistas, por exemplo, fizeram posteriormente).

É neste aspecto que encontramos sua estrutura, o esteio de suas convicções. Foi isto que o possibilitou a continuar a dirigir críticas mordazes às guerras religiosas, à exploração gananciosa das colônias, ao sistema de classes — males que até hoje ameaçam a vida e a dignidade humana.

A religião a serviço da humanidade

O poeta e escritor Shigueharu Nakano (1902-1979) escreveu um ensaio no qual comparou Soseki Natsume (1867-1916) e Lu Xun (1881-1936), gigantes da literatura japonesa e chinesa, respectivamente. Nakano conclui que Lu Xun vai além disso e “chega a ponto de lutar pró-ativamente contra o mal, a ponto de realmente odiar o mal. Ainda que não consiga vencer em sua batalha, ele [Lu Xun] está determinado a marcar politicamente seus oponentes, ele não os deixará despercebidos”.⁴²

Apesar do cenário histórico e cultural de ambos os escritores diferirem totalmente e de seu temperamento serem contrastantes, Lu Xun e Montaigne eram moralistas eminentes. A limitação que Nakano identifica em Soseki Natsume é certamente uma reflexão do senso de impermanência japonesa, que tendia a encorajar a passividade ou mesmo a resignação. Em uma linha similar, o Dr. Jan Swyngedouw, sociólogo da religião, o qual mencionei anteriormente, declarou que a preocupação dos japoneses pela harmonia é típica, limitando-se ao Japão. Em contrapartida, o movimento da Soka Gakkai aspira a uma harmonia mais ampla, mundial. Neste sentido, pergunto se ele estaria percebendo um compromisso moral com o diálogo, um espírito de combater o mal sustentado pela força do caráter. A missão da fé religiosa é fortalecer as pessoas in-



teriormente. Do início ao fim de seus *Ensaio*s, Montaigne lança seu claro brado por este exato propósito: a religião a serviço da humanidade.

O Buda, em sua última advertência a seus seguidores, pediu a eles e, conseqüentemente, a nós: “Vivam como ilhas em relação a si mesmos, sejam seu próprio refúgio, sem ninguém mais como seu refúgio, tenham o Darma como uma ilha, o Darma como seu refúgio e nenhum outro mais”.⁴³

Assim, o budismo ressalta a autoconfiança, a crença espontânea na verdade do Darma, como a base para elevar o caráter humano ao estado de absoluta fruição, conhecido como iluminação. Este é o eixo em torno do qual tudo gira.

É meu sincero desejo que este despertar, o florescimento do caráter individual, torne-se a essência e a convicção das pessoas do mundo inteiro, à medida em que avançam para assumir seu verdadeiro papel como cidadãos pró-ativos e engajados.

Liberdade, segurança e dignidade

Gostaria de falar a seguir sobre áreas específicas nas quais cidadãos comuns — pessoas fortes, engajadas, vivendo como indivíduos solidários — podem trabalhar na construção de uma comunidade global de paz e coexistência criadora.

As Nações Unidas devem servir como foro vital e ponto de convergência de nossos esforços. A humanidade enfrenta uma variedade de questões complexas que ignoram totalmente fronteiras nacionais — ameaças como o terrorismo, conflitos armados, pobreza, degradação ambiental, fome e doença. Uma Organização das Nações Unidas reformada e fortalecida é essencial para reunir sugestões eficazes e enfrentar os desafios globais da nova era.

O ano de 2005 marcou o 60º aniversário das Nações Unidas, e isto ofereceu um estímulo adicional ao debate sobre a reforma. Em março, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, lançou o relatório “Um conceito mais amplo de liberdade: desenvolvimento, segurança e direitos humanos para todos”. Nele, Annan amplia a missão das Nações Unidas e as metas da reforma: liberdade para viver sem miséria, liberdade para viver sem temor e liberdade para viver com dignidade.

O relatório apresenta, em termos resolutos e energéticos, a relação interdependente entre essas três liberdades: “A humanidade não desfrutará de segurança sem desenvolvimento, não desfrutará de desenvolvimento sem segurança, e não desfrutará de nenhum dos dois sem o respeito pelos direitos humanos”.

De minha parte, venho continuamente enfatizando que o desenvolvimento humano, a segurança humana e os direitos humanos devem servir como princípios condutores para a reforma das Nações Unidas. A missão fundamental da ONU é simbolizada nas palavras iniciais da Carta: “Nós, os povos...”. Ela deve dedicar-se ao bem-estar de todos os cidadãos do mundo e à eliminação do sofrimento desnecessário da face da Terra.

Após o debate contínuo das propostas do secretário-geral e de outros, a Reunião Plenária de Alto Nível da Assembleia Geral realizada em setembro adotou o documento Cúpula 2005. É realmente lamentável que negociações difíceis e demoradas sobre seu teor tenham resultado na supressão de toda menção de desarmamento e não-proliferação de armas nucleares e acabaram sendo vistas como apenas mais um acordo geral sobre várias questões.

Sobre o Conselho de Segurança, os líderes mundiais somente puderam expressar apoio pela “reforma antecipada” e falharam por não discutir propostas debatidas há tempos, como a ampliação de seus membros. De minha parte, apóio a reforma total do Conselho de Segurança — visando a uma divisão maior de responsabilidades com uma perspectiva global.

Outras discussões são necessárias para obter um consenso sobre o tipo de reforma que irá equipar fundamentalmente as Nações Unidas para enfrentar os desafios deste mundo. Um aspecto crucial para isso é a solidificação da base da receita das Nações Unidas. Em adição às contribuições financeiras dos Estados-Membros, medidas como a criação de um fundo popular para as Nações Unidas, sugerida em minha proposta de 2001, poderia ser considerada.

Apesar dessas deficiências, a Cúpula viu progressos em outras áreas. Os mais notáveis foram acordos sobre medidas para estabelecer um Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas para substituir a Comissão de Direitos Humanos; criar uma nova Comissão de Consolidação da Paz; e reformar o Fundo Rotativo Emergencial Central para possibilitar respostas rápidas e efetivas às crises humanitárias.

É uma triste realidade das Nações Unidas, como uma organização intergovernamental, que essas idéias e empreendimentos por reformas inovadoras inevitavelmente enfrentem obstáculos inflexíveis de interesses nacionais conflitantes. Contudo, o pessimismo nada constrói e, assim sendo, devemos focalizar a melhor forma para implementar planos adequados e estabelecer mecanismos efetivos para proteger e melhorar a vida dos membros vulneráveis da família humana.

A proteção dos direitos humanos

As atividades da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, como constituída atualmente, incluem: direcionar questões de direitos humanos em países específicos, e também as questões comuns a diversos países e regiões, debater e examinar meios para a promoção dos direitos humanos, recomendar a adoção de resoluções e tornar públicos os abusos com o intuito de expor os responsáveis, coibindo essas práticas.

Contudo, ocorre uma forte tendência de politizar as questões dos direitos humanos — um reflexo direto da dinâmica da diplomacia entre os Estados representados na Comissão — além do insistente impasse dos governos, o que também causa essa paralisia. Desta forma, há muito se reconhece a necessidade de se restaurar a confiança na Comissão e em seu trabalho.

Gostaria de apresentar algumas sugestões em relação às funções e à estrutura do novo Conselho de Direitos Humanos, que os líderes mundiais se comprometeram em estabelecer na Cúpula, em substituição à Comissão.

Em primeiro lugar, a educação para os direitos humanos e a informação pública deveriam ser itens permanentes da agenda do Conselho.

Examinar abusos específicos e reparar os danos causados às vítimas estão entre as tarefas mais importantes a serem herdadas da Comissão de Direitos Humanos. Mas, além disso, são necessários esforços constantes para mudar os paradigmas sociais e a cultura política que toleram as violações aos direitos humanos. Esta é a única forma de evitar que os abusos ocorram e que essas práticas tão arraigadas se repitam.

O Programa Mundial de Educação para os Direitos Humanos foi iniciado no ano passado. Tornar a educação para os direitos humanos um item



permanente na agenda do Conselho de Direitos Humanos asseguraria seu consistente engajamento com o programa e o encorajaria a monitorar ativamente sua implementação.

Em segundo lugar, gostaria de propor que representantes da sociedade civil tivessem ampla oportunidade de participar dos trabalhos do Conselho de Direitos Humanos. É fato que os esforços das Nações Unidas para promover os direitos humanos vêm sendo apoiados de forma significativa por muitas organizações não-governamentais (ONGs) e outras organizações da sociedade civil. Como uma das comissões funcionais do Conselho Econômico e Social (Ecosoc), a Comissão de Direitos Humanos vem trabalhando com ONGs em caráter consultivo. É meu sincero desejo que o Conselho de Direitos Humanos mantenha e fortaleça a sua estrutura, de forma que as ONGs possam continuar a falar nas sessões plenárias, e se engaje em efetivas consultas aos Estados e representantes das Nações Unidas.

Em terceiro lugar, gostaria de apoiar as reivindicações para a criação de um organismo consultivo de especialistas, subordinado ao Conselho de Direitos Humanos.

Mais especificamente: gostaria que a já existente Subcomissão para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos continue seus trabalhos, ou que seja criado um organismo com funções equivalentes. Além de suas funções investigativas e de pesquisa em apoio aos processos deliberativos do Conselho de Direitos Humanos, o organismo que antevijo deveria servir para refletir as visões e preocupações da sociedade civil. Também proponho que qualquer desses organismos consultivos conduza os mecanismos, desenvolvidos a partir da subcomissão, dos relatórios especiais e dos grupos de trabalho sobre

questões específicas de direitos humanos, como as relacionadas aos povos indígenas, às minorias, entre outras.

A consolidação da paz

De acordo com as Nações Unidas, quase metade dos países que emergem dos conflitos descobrem-se novamente emaranhados neles num prazo de cinco anos. É imperativo que esse ciclo mortal de violência seja rompido. Para isso, nos últimos dias de 2005, a Assembléia Geral da ONU e o Conselho de Segurança agiram em conjunto para estabelecer uma Comissão de Consolidação da Paz. Esse organismo fornecerá aconselhamentos e recomendações para que a Assembléia Geral e o Conselho de Segurança apoiem, de forma sustentada, coordenada e integrada, ações de auxílio internacional para todos os estágios de recuperação dos conflitos violentos — desde a construção da paz pós-conflito até a reconstrução.

Apóio completamente a criação da Comissão de Consolidação da Paz, que assumirá funções semelhantes àquelas do Conselho de Implementação da Paz, que ressaltai em minha proposta de 2004.

As Nações Unidas encarregaram a Comissão de Consolidação da Paz de uma série de tarefas. Acredito que os três seguintes papéis são de importância particular, e espero que todos os esforços sejam feitos para concretizar estes objetivos:

1. Engajar não apenas os líderes dos governos ou grupos envolvidos num conflito, mas também homens e mulheres que vivem nas áreas conflitadas e empenhar-se para eliminar as ameaças e os temores que enfrentam.

2. Consultar a sociedade civil e as ONGs e coordenar ações com esses atores, a fim de asse-

gurar auxílio sustentado da comunidade internacional durante todo o período necessário para o processo de reconstrução da paz.

3. Abrir as portas para as pessoas de países com experiência em recuperação pós-conflito e na construção da paz, para que contribuam com os povos de outras nações que sofrem as consequências do conflito.

A construção da paz e a reabilitação pós-conflito geralmente são consideradas sob os aspectos gerais da reconstrução nacional, como a realização de eleições, a formação de novo governo e a adoção de uma constituição. Mas a experiência do século XX atesta que a trágica armadilha da história não pode ser desarmada, a menos que o processo de recuperação seja baseado nas perspectivas e nas preocupações das pessoas comuns. Com esta lição em mente, penso que a Comissão de Consolidação da Paz deve ver como seu o papel de assegurar que a cooperação internacional tenha objetivos mais arrojados — que abrace a reconstrução do cotidiano das pessoas, a reconstrução da felicidade delas.

O engajamento da sociedade civil

Enquanto procuramos por uma reforma das Nações Unidas que reflita as perspectivas e preocupações dos cidadãos comuns, gostaria de enfocar a revitalização da Assembléia Geral.

Embora seja desnecessário dizer que o Conselho de Segurança continuará a desempenhar um papel central na manutenção da paz e da segurança globais, a Assembléia Geral é também crucialmente importante: é o único foro universal de diálogo onde os Estados-Membros podem participar e propor soluções aos desafios mundiais. Estou convencido de que os esforços para

ampliar o acesso a esta assembléia da humanidade conduzirão ao fortalecimento de todo o sistema das Nações Unidas.

O relatório do secretário-geral Kofi Annan citado anteriormente, “Um conceito mais amplo de liberdade”, esclarece o seguinte sobre a direção da reforma da Assembléia Geral: “Deve concentrar-se nas principais questões do dia e *estabelecer mecanismos para engajar-se plena e sistematicamente com a sociedade civil*”. Embora seja igualmente frustrante o fato de que nenhuma medida específica tenha sido aprovada na Cúpula Mundial 2005, indubitavelmente, esta medida é a chave para fortalecer ainda mais a Assembléia Geral. Assim, sugiro que sejam criadas oportunidades freqüentes para que o presidente da Assembléia Geral e os integrantes de cada um de seus comitês consultem mais as ONGs, para estabelecer uma relação de efetiva colaboração com a sociedade civil.

Em junho de 2005, a Assembléia Geral organizou dois dias de audições informais com a sociedade civil, criando uma oportunidade para que representantes de ONGs e especialistas de todo o mundo expressassem uma ampla gama de opiniões com relação à Cúpula Mundial 2005. Foi a primeira experiência desse tipo na história da ONU, posteriormente recebida positivamente pelos participantes da Cúpula como um passo rumo a um engajamento interativo entre a sociedade civil e os Estados-Membros. Foi realmente um avanço pioneiro.

Ao mesmo tempo, as ONGs empreenderam a corajosa iniciativa de organizar a Rede de ONGs Millennium+5. Este grupo informal de ONGs reunirá as opiniões da sociedade civil e as levará às Nações Unidas. Acredito que estes esforços para estabelecer foros de diálogo entre os cidadãos



comuns do mundo e as Nações Unidas ajudarão a consolidar as bases da ONU como um organismo internacional sustentado por dois pilares gêmeos: seus Estados-Membros e a sociedade civil.

Fundamentada na filosofia do humanismo budista, a SGI vem apoiando consistentemente as atividades das Nações Unidas. Como ONG, atuamos ativamente de várias formas. Exemplo recente foi a eleição de nosso representante como presidente do Comitê de ONGs Religiosas nas Nações Unidas, em junho do ano passado.

Comitê de ONGs Religiosas das Nações Unidas

O Comitê de ONGs Religiosas (RNGO) das Nações Unidas é composto por representantes de organizações nacionais e internacionais registradas na ONU e que definem seu trabalho como de natureza religiosa, espiritual ou ética.

O Comitê vem se reunindo regularmente desde 1972 e partilha informações e opiniões sobre questões complexas e eventos da ONU. Seu foco de atuação é duplo: serve como um foro para informar seus integrantes religiosos sobre os atuais desafios globais e sobre o importante papel que as Nações Unidas podem desempenhar no direcionamento dessas questões. Também divulga e promove valores religiosos e éticos nas deliberações das Nações Unidas.

www.rngo.org



Conferência Internacional realizada pelo Instituto Toda (Moscou, junho de 2001).

Da mesma forma, em fevereiro deste ano, em comemoração de seu décimo aniversário, o Instituto Toda para a Paz Global e Pesquisa Política realizará uma conferência internacional em Los Angeles, que tratará da reforma e do fortalecimento da ONU. Esta conferência, elaborada com base no sucesso dos projetos de pesquisa desse instituto, explorará as iniciativas de transformação da ONU em uma organização que trabalhe realmente para e pelas pessoas.

O combate à mudança climática

Agora, gostaria de voltar a atenção para a crise ambiental que preocupa nosso planeta.

Em fevereiro de 2005, encontrei-me com a ganhadora do Prêmio Nobel da Paz, professora Wangari Maathai, que estava em visita ao Japão na ocasião em que o Protocolo de Kyoto entrou em vigor. Durante nosso encontro, a professora Maathai falou das milhares de pessoas envolvidas no movimento mundial em prol do meio ambiente, e afirmou que seu Prêmio Nobel serviu para transmitir uma forte mensagem: proteger o ambiente é de importância crucial para a concretização da paz. Realmente, resolver a crise ambiental global é parte integrante do desafio de se construir um mundo pacífico.

A professora Maathai é mundialmente conhecida pela fundação do Movimento Cinturão Verde, que tem como objetivo combater a desertificação em sua terra natal, o Quênia. Durante os últimos trinta anos, as muitas mulheres envolvidas no movimento plantaram 30 milhões de árvores em toda a África.

A desertificação é um problema sério e crescente, particularmente nas regiões secas e áridas da África e da Ásia. Há uma forte evidência de que essa mudança climática antropogênica está exacerbando o problema e seu impacto. A desertificação é um dos temas da Avaliação de Ecossistemas do Milênio, conduzida sob os auspícios da ONU. O modo de vida de quase 2 bilhões de pessoas, habitantes das regiões secas do mundo, correrá grandes riscos se o aquecimento global continuar agravando a desertificação no ritmo atual.

Foi diante deste cenário que as Nações Unidas declararam 2006 o “Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação” para promover a

Movimento Cinturão Verde

A bióloga e ambientalista Wangari Maathai criou o Movimento Cinturão Verde no Quênia, em 1977, como um organização não-governamental de raízes populares que reuniu mulheres quenianas das áreas rurais e as incentivou a plantar árvores, com o objetivo de combater o desmatamento, restaurar sua principal fonte de combustível no preparo de alimentos e evitar a erosão do solo.

O Movimento desenvolveu um programa formado por quatro projetos principais: plantio de árvores em terrenos públicos; proporcionar segurança alimentar às famílias; defesa do meio ambiente e conscientização; e educação cívica e ambiental. O Movimento tem mais de 3 mil viveiros e oferece oportunidades de trabalho para mais de 80 mil pessoas.

Desde 1977, mais de 30 milhões de árvores foram plantadas e mais de 30 mil mulheres foram treinadas em administração florestal, processamento de alimentos e em vários outros negócios que as auxiliam na obtenção de renda, ao mesmo tempo em que preservam suas terras e seus recursos. O Movimento expandiu-se para além do Quênia como uma Rede Pan-Africana do Verde que congrega 36 organizações em 15 países africanos, além do Movimento Cinturão Verde Internacional.

Em 2004, Wangari Maathai recebeu o Prêmio Nobel da Paz por seu trabalho no Movimento Cinturão Verde.

www.greenbeltmovement.org

cooperação internacional e lidar com esse desafio. É meu desejo que esforços contínuos sejam empreendidos para descobrir novas abordagens capazes de enfrentar as mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que apoiamos os objetivos deste Ano Internacional.

Como aconteceu com a questão da chuva ácida e do buraco na camada de ozônio, também



Wangari Maathai e Daisaku Ikeda (fevereiro de 2005).

agora os esforços internacionais não se harmonizam para enfrentar a mudança climática. O Protocolo de Kyoto, que finalmente entrou em vigor em 2005, obriga seus signatários industrializados a reduzir, até 2012, suas emissões de gases que provocam o efeito estufa em pelo menos 5%, comparadas com o nível de 1990.

Contudo, o consenso científico é de que essas medidas são insuficientes, e as emissões precisam ser reduzidas no mínimo pela metade do nível atual para controlar o aquecimento global. Hoje, o primeiro desafio é convencer novamente os Estados Unidos e reunir os países em desenvolvimento, como a China e a Índia — cujas emissões estão crescendo rapidamente — em algum projeto de cooperação internacional. Essa questão foi levantada pela Cúpula do G8 durante o encontro em Gleneagles, em julho de 2005.

Durante a 11ª sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro de Mudança Climática de 1992, realizada junto com o primeiro Encontro das Partes do Protocolo de Kyoto em dezembro de 2005, em Montreal, no Canadá, foi criado um grupo de trabalho para discutir, nos



Avaliação de Ecossistemas do Milênio

A Avaliação de Ecossistemas do Milênio foi estabelecida pelo secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, em junho de 2001 e completada em março de 2005. Constitui-se na “primeira auditoria abrangente da situação do capital natural da Terra” e foca os “serviços” (benefícios) que os ecossistemas proporcionam às pessoas, além de analisar como as mudanças na qualidade desses serviços podem afetar o bem-estar humano hoje e no futuro. A Avaliação também examina as respostas que podem ser adotadas no âmbito local, nacional e global para melhorar a administração dos ecossistemas.

O Relatório Sintético da Avaliação de Ecossistemas do Milênio, lançado em março de 2005, revelou que aproximadamente 60% dos “serviços” dos ecossistemas que mantêm a vida na Terra estão sendo degradados ou utilizados de forma não-sustentável. Ele adverte que essas consequências nocivas podem crescer significativamente nos próximos 50 anos. Isso inclui o surgimento de novas doenças, mudanças repentinas na qualidade da água, formação de “zonas mortas” ao longo das costas, o colapso da pesca e mudanças nos padrões regionais do clima.

www.maweb.org/en/index.aspx

próximos dois anos, sistemas sucessores do protocolo para o período após 2012. É significativo que a conferência tenha propiciado um foro no qual os representantes de todos os partidos pudessem se encontrar e conversar. A participação dos Estados Unidos e dos principais países desenvolvidos — embora condicionados à natureza não obrigatória das conversações — foi suficiente para salvar a convenção do colapso, o que parecia iminente.

Como país-sede, que fez importantes contribuições para a consecução do Protocolo de Kyoto, acredito que o Japão tem um papel importante a desempenhar no desenvolvimento de um sistema sucessor. Certamente, será muito mais efetivo o trabalho com países com um forte comprometimento com as questões ambientais.

O Protocolo de Kyoto estabelece que todas as partes desenvolvam sua eficiência energética, in-

centivem o plantio de árvores e tomem outras medidas para reduzir as emissões e aumentar a remoção do dióxido de carbono da atmosfera. Para facilitar esses esforços, também faz uso de um sistema chamado Mecanismo de Kyoto, que permite a absorção do carbono pelas florestas, atuando como escoadouros de carbono para se chegar aos objetivos de redução das emissões. O Japão, além de empenhar o máximo esforço para alcançar seus próprios objetivos, deve tomar a iniciativa de auxiliar os outros países a preservar e restaurar suas florestas e criar novas fontes de energia renovável.

Além do Mecanismo de Kyoto, há ainda o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que possibilita os países desenvolvidos a investir em projetos que reduzam a emissão dos gases do efeito estufa nos países em desenvolvimento. Também merece todo nosso apoio a proposta feita pelos países desenvolvidos durante a Conferência sobre Mudança Climática, em Montreal: acrescentar os programas de conservação das florestas aos já incluídos no MDL.

Estou convencido de que é crucial encorajar os países em desenvolvimento a participarem nos programas de redução de emissão, oferecendo mecanismos construtivos que respondam às suas necessidades específicas.

Estima-se que o desmatamento seja responsável por 10% a 20% do aumento total de emissão de gases do efeito estufa no mundo. Há uma extrema necessidade de se construir um sistema global de cooperação para a conservação das florestas. É com essas considerações em mente que insisto na adoção de um Tratado Internacional para o Desenvolvimento de Energia Renovável e pelo estabelecimento de um Fundo Verde Global, conforme apresentei em minha proposta de 2002.

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) é um dos três assim chamados “Mecanismos de Flexibilidade” do Protocolo de Kyoto, junto com o Comércio de Emissões (o comércio de compensações de emissões entre as nações desenvolvidas) e a Implementação Conjunta (a transferência de compensações de emissões entre as nações desenvolvidas). Esses mecanismos estão destinados a facilitar e a baratear os objetivos de redução de emissão de gases do efeito estufa que os países industrializados concordaram no Protocolo de Kyoto. O MDL é o único mecanismo de flexibilidade que envolve os países desenvolvidos, e também objetiva “auxiliar os países em desenvolvimento a alcançar um desenvolvimento sustentável”. Atualmente, os países em desenvolvimento não possuem obrigações para restringir suas emissões de gases do efeito estufa, mas o MDL os possibilita a contribuírem voluntariamente com a redução global de emissão.

De acordo com as regras do MDL, um país industrializado com um objetivo de redução de gases do efeito estufa pode investir em um país em desenvolvimento sem um objetivo de redução, e obter créditos para emissões, utilizando esses créditos para suas próprias metas. Exemplos típicos nesse sentido são projetos nos países em desenvolvimento que reduzem as emissões ou removem o CO₂ da atmosfera. <http://cdm.unfccc.int/>

Educação para o desenvolvimento sustentável

Em paralelo a estes esforços de combate ao aquecimento global, penso que o Japão tem um importante papel a desempenhar no campo da educação. A Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (Deds) iniciou-se no ano passado. A idéia, originalmente criada pela SGI e outras ONGs, foi proposta pe-

lo governo japonês na Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002, em Johannesburgo. Posteriormente, foi adotada formalmente pela Assembléia Geral das Nações Unidas.

Como defensora da Deds, a SGI continuará a trabalhar para promovê-la, por exemplo, por meio da exposição “Sementes da Mudança: A Carta da Terra e o Potencial Humano” e do documentário “Uma Revolução Silenciosa”, cuja produção apoiamos.

Em outubro de 2005, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) elaborou o Plano Internacional de Implementação da Deds. Ela definiu seu objetivo geral como sendo “integrar os princípios, valores e práticas do desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da educação e do ensino”,⁴⁴ e, com esse objetivo, mudou os padrões de comportamento e criou um futuro mais sustentável. A Unesco também solicitou aos governos que formulassem sistemas de implementação nacional e estruturas para promover a Deds, a fim de elevar a conscientização sobre desenvolvimento sustentável.

Como patrocinador da Deds, o Japão tem a particular responsabilidade de fornecer um modelo de implementação local e internacional. Ele tomaria a forma de cooperação e auxílio aos países asiáticos e africanos, cujos cidadãos e modo de vida são influenciados pelos efeitos da desertificação e por outras formas de degradação ambiental.

Tenho declarado em muitas ocasiões que o caminho que o Japão deve trilhar no século XXI é fazer do compromisso com o meio ambiente e com o humanitarismo sua *raison-d'être*. Esses compromissos se juntam aos esforços para fornecer auxílio e assistência e possibilitarão às pessoas e sociedades avançarem no caminho do desenvolvimento sustentável.



A construção de uma comunidade do Leste Asiático

Quero agora tratar da Ásia, onde as relações ainda estão muito fragilizadas pelos conflitos e tensões da Guerra Fria.

Em dezembro de 2005, foi realizada a primeira Reunião de Cúpula do Leste Asiático na Malásia, com a presença de líderes de dezesseis países: os dez membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean) mais o Japão, a China, a Coreia do Sul, a Índia, a Austrália e a Nova Zelândia. Com certeza, a maior realização dessa cúpula foi iniciar um processo de diálogo entre os chefes de governo da região com o objetivo de formar uma Comunidade do Leste Asiático.

Durante a Cúpula da Asean+3 (Japão, China e Coreia do Sul), reunida pouco antes da Cúpula do Leste Asiático, os participantes adotaram a Declaração de Kuala Lumpur, comprometendo-se, entre outras ações, a: (1) realizar a Cúpula da Asean+3 anualmente, junto com a Cúpula da Asean, oferecer incentivo político para a formação da Comunidade do Leste da Ásia, e (2) iniciar os esforços de todos para preparar uma segunda Declaração Conjunta sobre a Cooperação no Leste da Ásia em 2007, e assim, estabelecer o direcionamento futuro para a formação da Comunidade do Leste Asiático.

Para alguém que há muito trabalha para promover a paz e a amizade na Ásia, este consenso não poderia ser mais bem-vindo. Espero sinceramente que todos os envolvidos possam ver além dos limites de seus interesses nacionais e façam um esforço concentrado para construir uma comunidade de nações livres da ameaça da guerra.

As bases para isso já foram estabelecidas. Como uma condição para a participação na Cúpula do Leste Asiático, China, Japão, Coreia do Sul,

Índia, Nova Zelândia e Austrália assinaram o Tratado de Amizade e Cooperação (TAC) no Sudeste da Ásia. Isto ampliou a zona de países comprometidos com os princípios do TAC, os quais incluem “a resolução de diferenças e disputas por meios pacíficos” e “a renúncia à ameaça ou uso da força”.⁴⁵ Os mesmos princípios estão consagrados na Carta das Nações Unidas. E se a consolidação desses princípios nos países dessa região ajudar a construir a paz e relacionamentos cooperativos, então estará aberto o caminho para a institucionalização da renúncia à guerra na região.

Para assegurar progressos nessa direção, é essencial que haja diálogos regulares entre os chefes de governo, junto com um secretariado, que trate de colocar em prática a cooperação regio-

Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean)

A Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean) foi estabelecida em 8 de agosto de 1967, pela Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia. Brunei juntou-se em 8 de janeiro de 1984; o Vietnã em 28 de julho de 1995; Laos e Mianmar em 23 de julho de 1997; e o Camboja em 30 de abril de 1999. Hoje, a região da Asean possui uma população de 500 milhões de habitantes, uma área total de 4,5 milhões de quilômetros quadrados e um PIB de 737 bilhões de dólares.

O Tratado de Amizade e Cooperação (TAC) do Sudeste da Ásia foi assinado durante a Primeira Cúpula da Asean, em 24 de fevereiro de 1976. Dentre seus princípios-chave estão o respeito mútuo pela independência, soberania, igualdade, integridade territorial e identidade nacional de todos os países. China, Coreia do Sul e Japão (os países que compõem o “+3”) juntaram-se aos líderes da Asean em 2001, em uma reunião ampliada da Cúpula.

www.aseansec.org

nal. O acordo para estabelecer a Cúpula da Asean+3 e a Cúpula do Leste Asiático de forma regular vai além do cumprimento da primeira dessas três condições. Com relação ao secretariado, o grupo encarregado de debater o conteúdo e desenvolver a linguagem para a segunda Declaração Conjunta sobre a Cooperação no Leste Asiático poderia se ampliar e se tornar uma comissão permanente do Leste Asiático no futuro. Uma alternativa seria reorganizar o Comitê Permanente da Asean e seu secretariado, hoje responsáveis em administrar o dia-a-dia da Asean para que cumpra sua função maior.

Essa comissão serviria para desenvolver as estruturas regionais e assim direcionar questões comuns entre os países. Isso incluiria: combater a propagação de novas epidemias de gripe e outras ameaças na área da saúde pública e serviço sanitário; implementar plenamente as lições do terremoto e do tsunami de Sumatra de dezembro de 2004 para fortalecer a cooperação regional na prevenção de desastres e a recuperação; e evitar a destruição e degradação ambiental.

Trabalhar juntos em questões de interesse comum certamente auxiliaria a forjar a confiança na região, fortalecendo as bases de qualquer comunidade futura. E unir esta cooperação regional à iniciativa política resultante do diálogo no âmbito da Cúpula certamente acelerará o progresso em direção ao estabelecimento de uma Comunidade do Leste Asiático.

Um ethos de coexistência

No próximo ano, será celebrado o cinquentenário da Comunidade Econômica Européia (CEE), a precursora da atual União Européia (UE). Na Europa, meio século de contínuo diálogo e cooperação construiu uma sólida base para uma co-

munidade regional, na qual a guerra é virtualmente impensável, um processo que continua por meio de desafios, como a busca pela ratificação da constituição da União Européia por todos os Estados-Membros.

Assim, não seria agora a ocasião para que os países do Leste Asiático lidassem definitivamente com o legado de conflito e tensão que continua a assolar a região, a despeito do fim da Guerra Fria, e se unissem para dar o primeiro passo rumo à construção dessa comunidade? Os esforços para a construção de uma Comunidade do Leste Asiático devem estar baseados em uma visão de longo prazo, antevendo-se em 50 ou 100 anos um “Estados Unidos da Ásia”, similar aos “Estados Unidos da Europa” imaginado por Victor Hugo (1802–1885). Em uma união dessa espécie, elevados níveis de integração regional forneceriam um cenário onde cada nação com sua cultura, brilho, radiosa, com suas qualidades e individualidades únicas, ao mesmo tempo em que se enriqueça com os frutos da coexistência pacífica e do florescimento mútuo.

Naturalmente, devemos nos lembrar de que o processo de integração européia foi facilitado por uma base espiritual comum: o legado da civilização cristã. Qual é, então, o equivalente no Leste Asiático? As tentativas históricas de se clamar por uma identidade comum subjacente, como a afirmação do autor japonês Tenshin Okakura (1863–1913) de que a “Ásia é uma só”,⁴⁶ podem ser criticadas como fantasia retórica, sem substância real.

Comentei no passado (em um discurso em outubro de 1992 na Academia de Ciências Sociais da China) que, no Leste da Ásia, diferentes povos desenvolveram suas próprias culturas e tradições e que, portanto, eles não deve-



riam ser considerados do mesmo modo. Contudo, na mesma ocasião, também expressei minha crença de que explicar todas essas culturas e tradições seria também a explicação de um “*ethos* de coexistência”.

Com isto, quero dizer que viver em uma região que em sua maior parte desfruta de um ambiente natural relativamente hospitaleiro e compartilha de uma visão de natureza humana que, em contraste com a ênfase ocidental no individualismo, experimenta uma identidade pessoal por meio de um engajamento íntimo com os outros, faz com que adquiramos uma tendência psicológica de ver a cooperação em vez do conflito, a união em vez da fragmentação, o “nós” em vez do “eu”.

Experiências anteriores sugerem que qualquer espécie de integração no Leste da Ásia dificilmente será atingida da noite para o dia, e se provará como sendo muito difícil de sustentar, sem compreensão mútua, valores e uma base filosófica comum — e é precisamente por isto que dedico tanta energia para encorajar as relações de pessoa a pessoa. Sempre acreditei ser este o melhor caminho para alcançar uma paz duradoura na Ásia.

Uma amizade duradoura entre a China e o Japão

Creio que as relações entre o Japão, a China e a Coreia do Sul constituem um fator crítico na construção de uma ampla comunidade no Leste Asiático. Infelizmente, em anos recentes, as relações entre os três países, em particular as relações sino-japonesas, esfriaram consideravelmente. Elas precisam urgentemente voltar aos trilhos generosos.

Um ditado afirma: quando se chega a um im-

passo, é hora de retornar ao começo. Para encontrarmos um caminho de volta no atual impasse das relações sino-japonesas, talvez a melhor maneira seja recomeçar, lembrando aquele espírito que prevalecia quando as relações diplomáticas foram normalizadas pela primeira vez, no início da década de 1970.

Pouco antes disso, quando, em 1968, clamei pela normalização dessas relações, entre o povo japonês havia medo e desconfiança dos chineses, mesmo em âmbito individual, havia um clima exacerbado pelo choque da Revolução Cultural. Todos me criticaram por assumir essa posição, mas acreditava firmemente, como ainda hoje acredito, que sem relações amigáveis entre a China e o Japão jamais haverá paz na Ásia, ou no mundo.

A Cúpula Sino-Japonesa, que propus, foi realizada em 1972, iluminando o caminho para um histórico comunicado conjunto anunciando a normalização das relações naquele mês de setembro. Em maio de 1974, visitei a China pela primeira vez, a convite da Associação da Amizade Sino-Japonesa.

Quando retornei à China em dezembro, o premiê Chu Enlai (1898–1976), que lutava contra a doença, insistiu em se encontrar comigo, apesar dos conselhos de seus médicos. Nosso diálogo abrangeu vários tópicos, mas tinha um tema básico: o destino da Ásia e do mundo no século XXI. “Agora é a época de construir uma amizade que atravesse as gerações entre a China e o Japão”, disse-me ele. “O último quarto do século XX será o período mais crítico na história do mundo. Todas as nações devem se posicionar como iguais e ajudar umas às outras.”

Infelizmente, o premiê Chu faleceu um ano depois, mas no transcorrer do tempo suas pala-

avras naquele encontro inspiraram meus esforços para construir laços culturais e educacionais entre os cidadãos de ambos os países e forjar uma amizade duradoura entre a China e o Japão.

Numa analogia, se as relações políticas e econômicas fossem navios, as relações entre as pessoas comuns seriam como os oceanos. Enquanto os oceanos da compreensão mútua e da amizade continuarem a ligar as pessoas, as interações amigáveis permanecerão mesmo em meio às crises em que os navios ficam encalhados. Esta fé na importância das relações de pessoa a pessoa é a base de todas as minhas ações.

No ano passado, designado como o “Ano da Amizade Nipo-Coreana”, publiquei o segundo volume de diálogos com Cho Moon-Boo, ex-presidente da Universidade Nacional de Cheju, na Coreia do Sul. No momento, estou engajado num diálogo com Zhang Kaiyuan, professor da Universidade Normal da China Central, um dos maiores historiadores chineses.

Quando ele visitou o Japão em dezembro de 2005, o professor Zhang comentou que muitos japoneses ajudaram e apoiaram o movimento revolucionário de Sun Yat-sen (1866–1925) que derrubou a última dinastia imperial da China e em 1912 estabeleceu a república. Ele repartiu os seguintes pensamentos, com os quais concordei plenamente:

Embora seja preciso respeitar a história, devemos nos mover para além dela. A maior parte dos dois mil anos em que a China e o Japão estiveram em contato foi caracterizada pela amizade. Se essas duas grandes nações, separadas por uma pequena porção de água estiverem em paz, ambas prosperarão. Se entrarem em conflito, será pior para as duas. Um relacionamento de cooperação



Cho Moon-Boo (à esquerda) e Daisaku Ikeda (abril de 2005).

amigável, normal e estável é bom para a China e bom para o Japão, para a Ásia e para o mundo.

A maior prioridade da diplomacia japonesa desde o fim da Segunda Guerra Mundial foi manter uma relação de cooperação com os Estados Unidos. Mas talvez essa época tenha terminado, embora se mantendo a mesma estrutura geral para desenvolver outras relações internacionais dinâmicas, centralizadas na Ásia.

O recente acordo entre os governos chinês e japonês para uma série de intercâmbios educacionais recíprocos, envolvendo cerca de dois mil estudantes anualmente é de alta importância. Faz tempo que peço intercâmbios educacionais entre os jovens da China e do Japão, como forma de olhar para o futuro, ao mesmo tempo em que confrontamos as lições do passado. Portanto, considero que esta experiência é muito bem-vinda. Recomendo, com toda a veemência, que o Japão reconheça o valor da construção de amizades duradouras que atravessem as gerações: é realmente o melhor curso a seguir no século XXI. O Japão, a China e a Coreia do Sul devem trabalhar



juntos para direcionar os desafios comuns que enfrentam, forjando relações cooperativas que desbravem o caminho rumo à criação de uma Comunidade do Leste Asiático.

Encarando o futuro

Atualmente o Japão, a China e a Coreia do Sul se unem para resolver a delicada questão do desenvolvimento nuclear da Coreia do Norte. Desde o processo das Conversações das Seis Partes, em agosto de 2003, este tema prossegue, com idas e vindas. Cinco rodadas de discussões governamentais já se realizaram.

Por fim, na quarta rodada de negociações realizada no ano passado, a primeira declaração conjunta, que objetivou a resolução do problema nuclear norte-coreano, foi adotada e editada. Nesta declaração, a Coreia do Norte “compromete-se a abandonar todas as armas e programas nucleares existentes e retornar, o mais breve possível, ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e às salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). De sua parte, os Estados Unidos afirmaram que “não possuem armas nucleares na Península Coreana nem intenção de agredir ou invadir a República Democrática Popular da Coreia com armas nucleares ou convencionais”.

Finalmente a declaração deu às seis partes das conversações um ponto de partida comum. O próximo passo, contudo, revela-se mais difícil: nenhum prazo ou procedimento específico foi estabelecido para a Coreia do Norte abandonar de fato seu programa de proliferação de armas nucleares. Também permanece a questão crítica da criação de um sistema de inspeção. E, o que é uma pena, as próprias conversações estão suspensas desde novembro do ano passado.

Na verdade, são temíveis as implicações des-

sa situação, se a nossa passividade permitir que ela fique à deriva, numa época em que há crescente preocupação quanto ao desenvolvimento do programa nuclear do Irã. Portanto, para que as conversações atinjam o próximo estágio, proponho a realização de uma Cúpula de Chefes de Governo das Seis Partes com a participação de altos representantes das Nações Unidas e da AIEA, para encontrar a melhor forma de romper este impasse.

Um acordo alcançado pelos chefes de governo teria peso para gerar um impulso irreversível. Chegando-se ao consenso, as partes poderiam então formar comitês de trabalho para lidar com questões específicas, estabelecendo prazos para cada estágio do processo, até que se verifique o abandono do programa de armas nucleares. Dividir o problema em passos distintos, com prazos concretos, parece ser a melhor forma de atingir progressos nesse problema aparentemente intratável.

Desta forma, as conversações das seis partes propiciariam um sistema para a resolução dos pro-

Conversações das Seis Partes

As Conversações das Seis Partes é o nome dado aos encontros de representantes da República Popular da China, República Democrática Popular da Coreia, Coreia do Sul, Rússia, Japão e Estados Unidos. Esses encontros buscam uma resolução para a crise relacionada ao programa de armas nucleares da Coreia do Norte. Houve cinco rodadas de conversas até o momento: em agosto de 2003, fevereiro de 2004, junho de 2004, julho, agosto e setembro de 2005, e novembro de 2005. Na declaração conjunta de setembro de 2005, as partes reafirmaram unanimemente que o objetivo das conversações é a “desnuclearização verificável da Península Coreana de forma pacífica”.

blemas por meio de discussões regionais, sem o recurso do *hard power* da força militar. Uma vez que esta abordagem se mostrar efetiva, crescerão muito as chances de estabilidade e não-proliferação das armas de destruição em massa, não apenas no Leste da Ásia, mas também em outras regiões.

Por defender consistentemente que as conversações das seis partes se desenvolvam como um foro de diálogo construtivo e permanente, objetivando manter a paz no nordeste da Ásia, fiquei particularmente gratificado ao ver que a declaração conjunta, mencionada antes, incluíram estas palavras: “As Seis Partes concordam em explorar modos e meios para promover a cooperação quanto à segurança no nordeste da Ásia”. Especificamente com relação ao Japão, espera-se que o relaxamento das tensões na região também traga progressos na importante questão dos cidadãos japoneses detidos pela Coreia do Norte e nas negociações para a normalização das relações diplomáticas entre os dois países.

Educação para a paz

Para concluir, gostaria de enfatizar a importância da educação para o desarmamento, como caminho de transformação dos paradigmas da sociedade: que uma cultura de guerra, caracterizada pelo conflito e confrontação, torne-se uma cultura de paz fundamentada na cooperação e na coexistência criadora.

No ano passado o mundo perdeu, por duas vezes, a oportunidade de registrar o 60º aniversário do lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki como contribuição para o progresso positivo no desarmamento nuclear. Primeiro, pelo insucesso da Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, em maio. Depois, pela imperdoável omissão da ques-

tão nuclear, no documento final da Cúpula Mundial, durante a Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro.

Este insucesso duplo é ainda mais trágico, à luz das seguintes três tendências perturbadoras, identificadas pelo diretor-geral da AIEA, Mohamed El-Baradei: o surgimento de um mercado negro nuclear, os esforços de mais países, cada vez mais determinados a adquirir tecnologia para produzir material fissil necessário às armas nucleares, e o claro desejo dos terroristas de adquirir armas de destruição em massa. O perigo colocado pelas armas nucleares lança uma sombra extensa na comunidade internacional, e alerta para o fato de que os esforços para o desarmamento mundial permaneçam numa conjuntura absolutamente crítica.

Em parte, isto pode ser atribuído à falta de vontade política. Mas também é significativa a falta de um grande movimento da opinião popular mundial exigindo o desarmamento. Embora haja urgente necessidade de apoio ao sistema legal internacional — por exemplo, ressuscitando o TNP —, ao mesmo tempo, a opinião pública deve elevar a sua voz. Em termos concretos, isto requer uma transformação fundamental nas atitudes das pessoas, através da educação para a paz e o desarmamento. Nos últimos anos, as Nações Unidas vêm reconhecendo esta necessidade. E em 2002 a Assembléia Geral adotou um relatório especializado sobre a questão, “Estudo das Nações Unidas sobre Educação para o Desarmamento e Não-Proliferação”.

Em minha opinião, é necessária uma mudança profunda nas idéias e na busca por novas abordagens. Convocar a opinião pública para a causa do desarmamento requer não apenas especialistas ou aqueles já envolvidos nos movimentos de paz, mas também pessoas de todas as esferas.



Em vez de dar ênfase a aspectos técnicos e físicos do desarmamento, é preciso uma transformação revolucionária no modo como as pessoas pensam a paz, de forma que esta seja sentida como uma realidade imediata e pessoal.

A paz não é simplesmente a ausência de guerra. Uma sociedade realmente pacífica é aquela na qual todos podem maximizar seu potencial e construir vidas realizadas e livres de ameaças à sua dignidade humana.

Como iniciativa prática, acredito que devemos integrar plenamente a educação para o desarmamento, no sentido ampliado que descrevi, à Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não-Violência para as Crianças do Mundo (2001–2010), e desenvolver atividades para este fim na sociedade civil.

A base para estas iniciativas deve ser a mudança do conceito de soberania nacional para soberania humana. A educação para o desarma-



Jossei Toda, segundo presidente da Soka Gakkai.

mento necessita de um movimento popular que ajude a educar os cidadãos do mundo que estão firmemente comprometidos com os interesses da humanidade e do planeta, fortalecendo a solidariedade entre eles. A disseminação do conhecimento e da informação sobre o desarmamento não deve ser um fim em si: a nossa maior prioridade deve ser transformar a mente e o comportamento de forma que estes possam estar fundamentados em uma cultura de paz.

De nossa parte, a SGI vem promovendo exposições como “Construindo uma Cultura de Paz para as Crianças do Mundo”. Para apoio deste

esforço inauguramos no ano passado os Centros de Recursos para a Cultura de Paz, em nossos centros culturais de Nova York e Los Angeles. No próximo ano, para marcar o 50º aniversário da Declaração pela Abolição das Armas Nucleares feita por Jossei Toda (1900–1958), segundo presidente da Soka Gakkai, promoveremos atividades comunitárias de paz em todo o mundo, ao mesmo tempo em que continuaremos a trabalhar para transformar a cultura global de guerra numa cultura global de paz.

Trabalhando juntos por um mundo sem guerras

Uma transformação no íntimo de um indivíduo pode encorajar mudanças similares em outros. E se isto se estende pela sociedade, gera um poderoso raio de luz para a paz, que pode moldar com firmeza a direção dos eventos. O impacto coletivo de “cidadãos comuns”, conscientes e fortalecidos, pode impelir a humanidade rumo aos objetivos irmãos do verdadeiro desarmamento e do florescimento de uma cultura de paz.

Uma de minhas maiores alegrias foi o meu encontro e diálogo com o Dr. Joseph Rotblat, presidente emérito das Conferências Pugwash sobre Ciências e Questões Mundiais, que, infelizmente, faleceu no ano passado. Jamais me esquecerei de um certo comentário que ele me fez sobre como livrar o mundo das armas nucleares e da guerra:

Quando uma pequenina pedra é lançada num lago, as ondas viajam amplamente, a partir do centro. Embora elas se tornem menos poderosas, não desaparecem completamente. Cada pessoa tem o poder de criar ondas que transformem a sociedade. Se esses esforços forem concentrados e canalizados pelas ONGs, inevitavelmente crescerá o

poder de influenciar a sociedade... Se nos unirmos, podemos transformar o mundo. Pode levar algum tempo, mas visto de uma perspectiva a longo prazo, as pessoas acabarão vitoriosas...

Esta solidariedade de cidadãos conscientes, pela qual o Dr. Rotblat tinha grandes esperanças, é o que norteia o movimento do humanismo budista da SGI em 190 países e territórios. Os próximos cinco anos, até 2010, serão uma oportunidade única. Com coragem e esperança, ansiamos trabalhar com pessoas de igual mentalidade em todo o mundo. Só assim construiremos os alicerces de uma sociedade global de paz e coexistência criadora.



Daisaku Ikeda e o Dr. Joseph Rotblat (outubro de 1989).

notas

1. Pronk, “Relatório ao Conselho de Segurança”, 2005.
2. McKibben, p. 45, 2003.
3. Ibid., p. 46.
4. Yanagida, p. 157, 2005.
5. Yamazaki, p. 311-312, 2003.
6. Fukuzawa, p. 227, 1997.
7. Montaigne, *Ensaio*, Por diversos meios chega-se ao mesmo fim, v. I, p. 10, 2003.
8. Ibid., Da experiência, v. II, p. 224.
9. Nitiren, p. 564, 1952.
10. Montaigne, *Ensaio*, Apologia de Raymond Sebond, v. I, p. 206, 2003.
11. Ibid., p. 207.
12. Ibid., Dos canibais, v. I, p. 101.
13. Ibid., Da educação das crianças, v. I, p. 80.
14. Ibid., Das desigualdades entre os homens, v. I, p. 125.
15. Ibid., Apologia de Raymond Sebond, v. I, p. 226.
16. Nitiren, p. 579, 1999.
17. Montaigne, *Ensaio*, Da crueldade, v. I, p. 204, 2003.
18. Ibid., Apologia de Raymond Sebond, v. I, p. 211.
19. Ibid., Dos costumes e da inconveniência de mudar sem maiores cuidados as leis em vigor, v. I, p. 60.
20. Ibid., Da experiência, v. II, p. 208.
21. Ibid., Dos costumes e da inconveniência de mudar sem maiores cuidados as leis em vigor, v. I, p. 61.
22. Ibid., Da vaidade, v. II, p. 156.
23. Ibid., p. 156.
24. Ibid., p. 157.
25. Ibid., Dos costumes e da inconveniência de mudar sem maiores cuidados as leis em vigor, v. I, p. 63.
26. Ibid., Da vaidade, v. II, p. 170-171.
27. Ibid., Dos costumes e da inconveniência de mudar sem maiores cuidados as leis em vigor, v. I, p. 64.
28. Ibid., Da arte da conversação, v. II, p. 142.
29. Cf. Ibid., Da vaidade, v. II, p. 154.
30. Ibid., Da companhia dos homens, das mulheres e dos livros, v. II, p. 99.
31. Ibid., Da experiência, v. II, p. 223.
32. Ibid., Da fisionomia, v. II, p. 189.
33. Ibid., Da arte da conversação, v. II, p. 147.
34. Ibid., p. 147.
35. Ibid., Do autor ao leitor, v. I, p. 7.
36. Ibid., Do arrependimento, v. II, p. 92.
37. Ibid., A propósito de Virgílio, v. II, p. 108.
38. Ibid., Da arte da conversação, v. II, p. 51.
39. Ibid., A propósito de Virgílio, v. II, p. 110.
40. Ibid., Da experiência, v. II, p. 221.
41. Ibid., p. 224.
42. Nakano, p. 35, 1996.
43. Walshe, p. 245, 1995.
44. Unesco, p. 6, 2005.
45. Tratado, Artigo 2, 1976.
46. Okakura, p. 1, 1903.



- ANNAN, Kofi. "Um conceito mais amplo de liberdade: desenvolvimento, segurança e direitos humanos para todos." Relatório do Secretário-Geral, setembro de 2005. 6 de março de 2006. <http://www.un.org/largerfreedom/contents.htm>.
- BECK, Ulrich. 2005. *Risk Society: Toward a New Modernity* (Sociedade de risco: Em direção a uma nova modernidade). Mark Ritter, trad. Londres, Sage Publications.
- CAIR. Relatório: Crimes abomináveis contra muçulmanos saltam 52 por cento, 5 de novembro de 2005. 6 de março de 2006. <http://www.cair-net.org/asp/printthis.asp?id=1572&page=NR>.
- DOSTOIÉVSKI, Fédor Mikhailovich. *Recordações da Casa dos Mortos*. Editora Europa-América.
- FUKUZAWA, Yukichi. *Bunmeiron no gairyaku* (Um esboço da Teoria da Civilização). Tóquio, Iwanami Shoten, 1997.
- HANDWERK, Brian. "Gripe das aves" semelhanças com a epidemia mortal da gripe de 1918, Gene Study Finds." *National Geographic News*, 5 de outubro de 2005. 6 de março de 2006. http://news.nationalgeographic.com/news/2005/10/1005_051005_bird_flu.html.
- IKEDA, Daisaku. "Radicalism Reconsidered." (Radicalismo reconsiderado). *A New Humanism: The University Addresses of Daisaku Ikeda* (Um novo humanismo: Discursos de Daisaku Ikeda proferidos em universidades). Nova York, Weatherhill, Inc., 1995, p. 167-177.
- Boletim oficial dos governos do Japão e da República Popular da China, 29 de setembro de 1972. Ministério das Relações Exteriores do Japão. 6 de março de 2006. <http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint72.html>.
- Declaração Conjunta da Quarta Rodada das Conversações das Seis Partes, Pequim, 19 de setembro de 2005. 6 de março de 2006. <http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2005/53490.htm>.
- Declaração de Kuala Lumpur sobre a Cúpula Asean +3, Kuala Lumpur, 12 de dezembro de 2005. Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), 6 de março de 2006. <http://www.aseansec.org/18036.htm>.
- MCKIBBEN, Bill. *Enough: Staying Human in an Engineered Age* (Basta! Mantendo-se humano em uma Era Engenhada). Nova York, Henry Holt and Company, 2003.
- MONTAIGNE, Michel de. *Ensaíos*. Sérgio Milliet, trad. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1987.
- NAKANO, Shigueharu e Yoshimi Hayashi. *Nakano Shigeharu hyoronshu* (Ensaíos de Shigueharu Nakano). Tóquio, Heibonsha, 1996.
- NITIREN. *Nichiren Daishonin Goshō Zenshu* (Coletânea dos Escritos de Nitiren Daishonin). Nichiko Hori, ed. Tóquio, Soka Gakkai, 1952.

- NITIREN. *The Writings of Nichiren Daishonin* (Os Escritos de Nitiren Daishonin). Comitê de Tradução de Goshō, trad. e ed. Tóquio, Soka Gakkai, 1999.
- OKAKURA, Tenshin. *The Ideals of the East* (Os ideais do Oriente). Londres, J. Murray, 1903.
- PRONK, Jan. "Relatório ao Conselho de Segurança por Jan Pronk, representante especial do secretário-geral no Sudão." Central de Notícias das Nações Unidas, 5 de outubro de 2005. 6 de março de 2006. <http://www.un.org/News/dh/sudan/infocusnewsudan.asp?NewsID=812&slID=23>.
- SAKAIYA, Taichi. *Todai kogiroku-Bunmei wo toku* (Série de palestras na Universidade de Tóquio — Compreendendo a Civilização). Tóquio, Kodansha, 2003.
- SWYNGEDOUW, Jan, Saburo Asai e Kazuo Ono. *Seikyo Shimbun*, 11 de março de 1984. "Teidan: Shinko no kakushin to kakushin wo Soka Gakkai ni mita" (Revelando a essência da convicção da Soka Gakkai).
- Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático. Indonésia, 24 de fevereiro de 1976. Associação das Nações do Sudeste Asiático, 6 de março de 2006. <http://www.asean.org/1217.htm>.
- ONUAIDS. "ONUAIDS/OMS relatório da epidemia — dezembro de 2005", 11 de março de 2006. http://www.unaids.org/epi2005/doc/EPlupdate2005_html_en/epi05_03_en.htm.
- "Comissão de Consolidação da Paz." Nações Unidas, 11 de março de 2006. <http://www.un.org/peace/peacebuilding/>.
- UNESCO. Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014): Plano Internacional de Implementação da Deds, janeiro de 2005. 11 de março de 2006. <http://www.esd-j.org/documents/Final%20IIS.pdf>.
- WALSHE, Maurice, trad. Mahāparinibbana Sutta: *The Great Passing—The Buddha's Last Days. The Long Discourses of the Buddha: A Translation of the Dīgha Nikāya* (Mahāparinibbana Sutta: A grande partida — os últimos dias do Buda. Os longos discursos do Buda: Uma tradução do *Dīgha Nikāya*). Boston, Wisdom Publications, 1995.
- OMS. "Um ano depois do tsunami de 26 de dezembro de 2004", 11 de março de 2006. http://www.who.int/hac/crises/international/asia_tsunami/one_year_story/en/print.html.
- YAMAZAKI, Masakazu. *Shako suru ningen: Homo sociabilis* (Seres humanos socialmente engajados: *Homo sociabilis*). Tóquio, Chuokoron-Shinsha, 2003.
- YANAGUIDA, Kunio. *Kowareru nihonjin: Keitainetto izonsho e no kokubetsu* (Colapso japonês: Adeus à adição da Internet ao fone celular). Tóquio, Shinchosha, 2005.



Proposta de paz proferidas por Daisaku Ikeda em 26 de janeiro, Dia da SGI



- 2005 — Uma nova era de diálogo: o triunfo do humanismo
- 2004 — Revolução interior: uma onda mundial pela paz
- 2003 — Por uma ética global — A dimensão da vida: um paradigma
- 2002 — O humanismo do caminho do meio — O alvorecer de uma civilização global
- 2001 — O desafio da nova era: construir a todo instante o “Século da Vida”
- 2000 — A paz pelo diálogo — É tempo de falar: uma cultura de paz
- 1999 — Pela cultura de paz — Uma visão cósmica
- 1998 — A humanidade e o novo milênio: do caos para o cosmos
- 1997 — Novos horizontes de uma civilização global
- 1996 — Rumo ao terceiro milênio: o desafio da cidadania global
- 1995 — Criando um século sem guerras através da solidariedade humana
- 1994 — A luz do espírito global: uma nova alvorada na história da humanidade
- 1993 — Rumo a um mundo mais humano no século vindouro
- 1992 — Uma Renascença de esperança e harmonia
- 1991 — O alvorecer do século da humanidade
- 1990 — O triunfo da democracia: rumo a um século de esperança
- 1989 — A alvorada de um novo globalismo
- 1988 — Entendimento cultural e desarmamento: os blocos edificadores da paz mundial
- 1987 — Propagando o brilho da paz: rumo ao século do povo
- 1986 — Rumo a um movimento global por uma paz duradoura
- 1985 — Novas ondas de paz rumo ao século XXI
- 1984 — Criando um movimento unido para um mundo sem guerras
- 1983 — Nova proposta para a paz e o desarmamento

Carta da Soka Gakkai Internacional

Preâmbulo

Nós, organizações constituintes da Soka Gakkai Internacional (SGI), abraçamos o objetivo fundamental e a missão de contribuir para a paz, a cultura e a educação com base na filosofia e nos ideais do Budismo de Nitiren Daishonin.

Reconhecemos que em nenhuma outra época da história a humanidade testemunhou tamanha justaposição de guerra e paz, discriminação e igualdade, pobreza e fartura, como no século XX; que o desenvolvimento da tecnologia militar cada vez mais sofisticada, exemplificada pelas armas nucleares, criou uma situação em que a própria sobrevivência da espécie humana foi colocada em risco; que a realidade da violenta discriminação étnica e religiosa apresenta um interminável ciclo de conflito; que o egoísmo e a negligência do homem causaram problemas globais, como a degradação do meio ambiente e os abismos econômicos cada vez maiores entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento, com sérias repercussões para o futuro coletivo da humanidade.

Acreditamos que o Budismo de Nitiren Daishonin, filosofia humanística de infinito respeito pela dignidade da vida e de benevolência que abrange tudo, capacita os indivíduos a cultivar a sabedoria e a criatividade do espírito humano para vencer as dificuldades e crises que a humanidade enfrenta, dando origem a uma sociedade de coexistência próspera e pacífica.

Nós, organizações constituintes e membros da SGI, determinados a elevar bem alto a bandeira da cidadania mundial, do espírito da tolerância e do respeito aos direitos humanos com base no humanismo budista e a desafiar as questões globais que a humanidade enfrenta por meio do diálogo e de esforços práticos embasados em um firme compromisso com a não-violência, adotamos esta Carta, ratificando os seguintes propósitos e princípios:

1. A SGI contribuirá para a paz, a educação e a cultura pela felicidade e o bem-estar de toda a humanidade, inspirada no respeito budista à dignidade da vida.

2. A SGI, com base no ideal da cidadania mundial, salvaguardará os direitos humanos fundamentais e não discriminará nenhum indivíduo.

3. A SGI respeitará e protegerá a liberdade de crença e de expressão religiosa.

4. A SGI promoverá a ampla compreensão do Budismo de Nitiren Daishonin por meio de intercâmbios, contribuindo, dessa forma, para a realização da felicidade individual.

5. A SGI, por intermédio de suas organizações constituintes, encorajará seus membros a contribuir para a prosperidade de suas respectivas sociedades como bons cidadãos.

6. A SGI respeitará a independência e a autonomia de suas organizações constituintes de acordo com as condições predominantes em cada país.

7. A SGI, com base no espírito budista de tolerância, respeitará outras religiões, travará diálogos e atuará em cooperação para a solução de questões fundamentais da humanidade.

8. A SGI respeitará a diversidade cultural e promoverá intercâmbios culturais para criar, dessa forma, uma sociedade internacional de cooperação e compreensão mútua.

9. A SGI promoverá, com base no ideal budista de simbiose, a proteção da natureza e do meio ambiente.

10. A SGI contribuirá para a promoção da educação, da busca da verdade e também do desenvolvimento da ciência para capacitar as pessoas a cultivar seu caráter e desfrutar uma vida plena e feliz.